



OPovo

FAROL
Ceará Natal de Luz abre programação na segunda-feira, 30, e já ilumina a Cidade
 PÁGINA 3

Foto Fontenele

2º TURNO

As últimas cartadas de Sarto e Wagner em busca do voto

No último dia de campanha antes da votação em Fortaleza, José Sarto (PDT) volta a atos de rua, enquanto Capitão Wagner (Pros) procura por apoiadores que estão indecisos **REPORTAGEM, PÁGINAS 4 E 5**

FÁBIO LIMA



ECONOMIA
Black Friday se estende e comércio de Fortaleza terá fim de semana de descontos
 PÁGINA 12



ECONOMIA
O peso da sonegação de impostos no Brasil
 PÁGINAS 14 E 15

POLÍTICA
 Eleições para prefeito e vereador em 82 cidades do CE ainda podem ser mudadas na Justiça **PÁGINA 8**

CIDADES
Novos casos de Covid-19 aumentam em 4 das 5 regiões de saúde do Estado **PÁGINA 18**

ESPORTES
 Ferroviário precisa vencer o lanterna Imperatriz para se garantir na Série C 2021 **PÁGINA 22**

SONEGAÇÃO FISCAL CAUSA PREJUÍZO DE R\$ 562 BILHÕES AO BRASIL

| IMPOSTOS | A estimativa é do Sonegômetro, ferramenta criada pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), que calcula o rombo a partir do cruzamento de dados de arrecadação com indicadores técnicos de evasão fiscal

IRNA CAVALCANTE
irnacavalcante@opovo.com.br



Queremos incentivar o bom comportamento, aproximar e fortalecer a relação com o contribuinte”

Fernanda Pacobahyba,
secretária da Fazenda do Ceará

Neste ano, de 1º de janeiro até o último dia 23 de novembro, mais de R\$ 562 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos brasileiros por conta da sonegação de impostos. A estimativa é do Sonegômetro, ferramenta desenvolvida pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), a partir do cruzamento de dados de arrecadação nas três esferas do governo, federal, estadual e municipal, com indicadores técnicos de evasão fiscal.

O montante ultrapassa em pouco mais de R\$ 90 milhões de tudo o que a União investiu até agora em medidas de combate à pandemia neste ano, que foi de R\$ 471,6 bilhões, segundo dados do portal da Transparência do Governo Federal. Incluindo o que foi pago de auxílio emergencial, ajuda aos estados e programa emergencial de crédito.

Também equivale a 30,8% do montante de R\$ 1,8 trilhão arrecadado no País em 2020, de acordo com o Impostômetro, ferramenta da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que contabiliza tributos federais, estaduais e municipais.

“São recursos que, se tivessem entrado no caixa do Governo, poderiam ser revertidos em políticas públicas: em estradas, construções de escolas, ou como agora, na pandemia, com mais investimentos em saúde ou ajudando a população mais vulnerável com o auxílio emergencial”, afirma o presidente do Sinprofaz, José Ernane de Souza Brito.

A dívida ativa da União, cadastro de quem não efetuou o pagamento no prazo legal, tem hoje mais de 4,6 milhões de contribuintes inscritos. São pessoas físicas e jurídicas que devem ao Governo Federal de R\$ 2 trilhões, acumulados ao longo dos anos. Porém, desse total, 62% são devidos por apenas 28 mil empresas, o que corresponde a 0,6% dos devedores.

“São grandes grupos econômicos que devem uma quantia muito grande à União, mas usam de vários artifícios, fraudes e recursos jurídicos para sonegar o

imposto dentro do seu planejamento tributário”, observa.

José Ernane explica que fechar o cerco contra os grandes devedores não é tarefa fácil. Mas, com o avanço tecnológico no cruzamento de dados e das investigações, tem sido possível recuperar parte desse passivo. “Apesar de termos apenas pouco mais de 2 mil procuradores em todo País, além de todas as nossas limitações de sistema, conseguimos recuperar mais de R\$ 24,4 bilhões em 2019, o que é fantástico”, diz.

A sonegação é um peso que recai também sobre as empresas que trabalham corretamente. Como o tributo é parte expressiva na composição do preço de um produto, fica mais difícil concorrer em termos de preço com quem não age da mesma maneira.

O Ceará tem dado passos importantes no combate à sonegação fiscal. No campo repressivo, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) do Governo do Estado já recuperou, só neste ano, mais de R\$ 30 milhões para os cofres públicos. E, em outra frente, dentro do programa Contribuinte Pai D’égua, foram lançadas medidas para estimular os bons pagadores.

A mais recente delas foi publicada no último dia 20, com a regulamentação do programa de conformidade tributária, criado em 2019. Além de simplificar, reduzir custos de obrigações acessórias, automatizar processos e fomentar a autorregularização, o programa cria uma espécie de score, de um a cinco jangadas, que vai conceder benefícios processuais, como mais prazo,

credenciamento diferenciado ou uma restituição mais rápida, às empresas que agirem corretamente.

A ideia é justamente separar o joio do trigo, afirma a titular da Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz), Fernanda Pacobahyba. “Precisamos estratificar o Fisco. Dar o mesmo tratamento é ruim porque desestimula as empresas a agirem corretamente. Queremos incentivar o bom comportamento, aproximar e fortalecer a relação com o contribuinte”, diz.

Segundo a secretária, para entender melhor o peso que a sonegação tem na economia cearense, o Governo também encomendou dois estudos ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) sobre o mercado ilegal e a informalidade.

Fernanda ressalta, ainda, que o Estado vem colhendo bons frutos com o Cira, criado em 2019. O comitê é uma espécie de força-tarefa que, além da Sefaz, é formada pela Procuradoria-Geral do Estado do Ceará (PGE-CE), Ministério Público Estadual (MP-CE), Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e Tribunal de Justiça (TJCE).

O grupo, além de fechar o cerco em relação aos devedores contumazes, têm traçado estratégias para aprimorar o sistema e trazer mais empresas à legalidade. De outubro de 2019 até fevereiro deste ano, mais de 62 empresas já foram ouvidas pelo comitê e 12 denúncias apresentadas em comarcas da Região Metropolitana de Fortaleza, envolvendo cerca de R\$ 20 milhões em valores sonegados. Também foram firmados acordos para recuperação de crédito.

“Em 2020, mesmo com a pandemia, foi possível recuperar mais de R\$ 30 milhões envolvendo apropriação indébita (quando o contribuinte apura imposto, mas não repassa ao Fisco)”, explica o promotor de Justiça Ricardo Rabelo, coordenador do Cira.

Ele reforça que a ação busca facilitar a regularização e endurecer a fiscalização para quem usa a sonegação fiscal como estratégia de negócio. “Eu vejo mais como uma atuação ao lado do bom contribuinte, para que não haja concorrência desleal”, diz.

Revisão do sistema

O papel da reforma tributária e da educação fiscal

O Brasil tem hoje uma das maiores cargas tributárias do mundo, que equivale a 32,29% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. É uma das mais complexas que faz com que as empresas gastem, em média, pelo menos 1.958 horas por ano só para calcular e pagar tributos, segundo o Banco Mundial. Rever esse sistema e investir na educação fiscal da população são caminhos para reduzir a sonegação.

Atualmente, tramitam no Congresso diferentes projetos para unificar e simplificar a tributação sobre o consumo. Mas o presidente do Sinprofaz, José Ernane Brito, acredita que é preciso também rever as regras da tributação sobre a renda e o patrimônio.

“Precisamos simplificar, mas precisamos também tornar o sistema tributário mais justo para todos. O Brasil tem uma carga tributária baixíssima sobre herança, em relação a outros países. Hoje, quem pode mais, não é quem paga mais, pelo contrário, esse peso recai sobre quem pode menos”

Fomentar a educação fiscal na sociedade também tem papel importante nesta trajetória. O presidente da Etco, Edson Vismona, acredita que se o cidadão entendesse de forma plena o caminho do dinheiro, como o imposto funciona e fizesse a relação direta entre esse pagamento e o serviço que é prestado pelo Estado seria possível combater de forma mais efetiva esses gargalos de sonegação.

E não só isso. Pode levar a uma cobrança mais efetiva em relação à qualidade do serviço prestado pela administração pública.

“A consequência de não se fazer a relação direta entre pagamento de impostos e os serviços prestados pelos governos é o Estado achar que pode usar o dinheiro público como é conveniente, que não precisa prestar contas da qualidade do serviço, do tempo em que o serviço é prestado. Muita gente acha que não adianta reclamar do serviço público porque é de graça. E não é, todos nós estamos pagando”, afirma Edson Vismona.

SOBRE A SÉRIE

A série de dois episódios mostra a importância da educação fiscal para a economia do Brasil e para a sociedade. Neste, O POVO aborda o peso da sonegação, discutindo boas práticas que

ajudam a combater o problema no Ceará. O segundo episódio (leia na edição de amanhã) fala sobre como o cidadão, ao exigir a nota fiscal na hora da compra, também pode ajudar nesse processo.

O PESO DA SONEGAÇÃO PARA A ECONOMIA



R\$ 556,6 bilhões é valor que o Brasil perdeu com a sonegação de janeiro até 20 de novembro, de acordo com estimativas do Sonegômetro, criado pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz)

Esse dinheiro ...

"Equivale a **30,8%** do **R\$ 1,8 trilhão** arrecadado pelo País em 2020, segundo o Impostômetro, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que contabiliza tributos federais, estaduais e municipais."



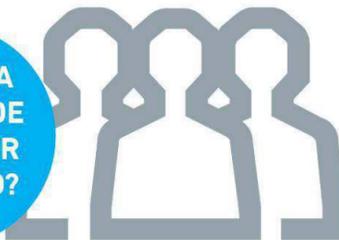
Daria para comprar mais de **1 milhão** de cestas básicas, considerando o preço médio estimado pelo Dieese (**R\$ 510,54**) na RMF.



2 É com o dinheiro dos impostos que se investe, por exemplo, em infraestrutura como estradas e escolas; que se paga o médico que está de plantão nos hospitais; e agora, neste contexto de pandemia, o auxílio emergencial.

1 Os impostos são fundamentais para que qualquer governo, seja ele federal, estadual ou municipal, possa oferecer serviços públicos ao cidadão.

E O QUE A SOCIEDADE TEM A VER COM ISSO?



3 A sonegação também atrapalha e, por vezes, inviabiliza a operação das empresas que pagam seus impostos corretamente. Como o tributo é parte expressiva na composição do preço de um produto, fica mais difícil concorrer com o preço de quem não age da mesma maneira

4 Um estudo do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) mostrou que o mercado ilegal no Brasil foi responsável por um rombo de **R\$ 291,4 bilhões**, em 2019, em 15 setores industriais

5 O valor é a soma das perdas registradas por esses setores e a estimativa dos impostos que deixaram de ser arrecadados em função dessa ilegalidade.

6 E se é mais difícil permanecer no mercado, menor é a quantidade de empregos formais com carteira assinada, que são os que oferecem maior proteção legal ao trabalhador.

7 Sem a empresa formalizada, o empreendedor também fica desprotegido de assistência em casos de afastamentos por doença, acidentes, licença-maternidade ou aposentadoria. Além de não poder participar, por exemplo, de concorrências públicas.

8 É como se fosse um condomínio em que todo mundo paga uma quantia por mês para garantir que tudo vai funcionar corretamente; que vai ter um porteiro na recepção; que as áreas comuns serão bem cuidadas; ou mesmo que, se um dia, o elevador der problema, vai ter alguém que vai acionar uma empresa para consertar e que haverá dinheiro para pagar por isso.



Pagaria **927 milhões** de parcelas do auxílio emergencial no valor de **R\$ 600**.



Daria para arcar com o custo anual de **152,8 milhões** de alunos na educação básica, com base no valor mínimo de **R\$ 3.643,16** estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para 2020.



Possibilitaria construir cerca de **10 milhões** de casas populares de 40 m² (R\$ 1380,54 m² - CE)



9 Por tudo isso é importante que todos façam a sua parte. O gestor público oferecendo serviços de qualidade ao cidadão, os órgãos de controle fiscalizando e os contribuintes pagando seus impostos e zelando pelo bem comum.

PREJUÍZOS DO BRASIL COM O MERCADO ILEGAL EM 2019

Setores / Perdas (em R\$ milhões)



FONTE: Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)

Educação Fiscal e CIDADANIA

28 E 29 DE NOVEMBRO
MATERIAS ESPECIAIS
AQUI NO O POVO

RÁDIO

14 E 21 DE NOVEMBRO
PROGRAMAÇÃO ÀS 9H
NAS RÁDIOS O POVO CBN FM
95.5 FORTALEZA E CBN CARIRI

APOIO



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

REALIZAÇÃO



CONFIRA O CONTEÚDO COMPLETO
MAIS.OPOVO.COM.BR

Você sabia que exigir sua nota fiscal ajuda o Estado a crescer?

A pandemia impactou negativamente a receita do nosso Estado, que teve grande perda de arrecadação do principal imposto, o ICMS. Mas você pode ajudar o Ceará a retomar o crescimento apenas exigindo sua nota fiscal. Isso mesmo: sua nota é garantia de que os impostos foram pagos, reduzindo a sonegação. Quer saber mais? Acompanhe tudo no O POVO. Ah, e não esqueça de pedir a notinha.